

Editorial

Esta edição da revista *Colóquio* apresenta dez artigos, sendo quatro deles relacionados às potencialidades do desenvolvimento endógeno regional, aos aspectos jurídicos da indicação geográfica e da certificação de produtos, ao funcionamento e organização dos conselhos gestores das políticas públicas municipais e ao papel das universidades na promoção do desenvolvimento regional. E, ainda, podem ser lidos, nesta edição, artigos que tratam do esvaziamento demográfico de diversas regiões rurais brasileiras, como também, artigos que apresentam resultados de estudos sobre alguns aspectos da agricultura familiar, tais como, comercialização de alimentos agroecológicos, estrutura agrária e potencial de geração de renda. Além desses, aborda-se a problemática do cooperativismo como mecanismo de redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia, e a questão teórico-conceitual da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Inicialmente, apresenta-se o artigo de Osmar Manoel Nunes, Erica Karnopp e Cindy Conceição da Rosa, que analisa as potencialidades de desenvolvimento endógeno do município gaúcho de São Gabriel, utilizando a análise da especialização produtiva, através do cálculo dos Quocientes Locacionais (QLs) para atividades rurais e urbanas. Conclui-se que os atores sociais devem posicionar-se estrategicamente em atividades associadas aos produtos agropecuários, aproveitando as oportunidades e potencialidades locais e regionais.

Em seguida, a indicação geográfica e a certificação de produtos são os temas tratados por Jéssica Nayara do Nascimento e Valdir Roque Dallabrida, na perspectiva do direito de propriedade das pessoas que os produzem e do local de origem. Os autores apresentam os resultados de um estudo comparativo entre as legislações brasileira e europeia sobre Indicação Geográfica e procedimento para registro.

No terceiro artigo, Jean Pierre Chassot e Sérgio Luis Allebrandt buscam analisar a gestão social, sob os aspectos habermasianos de cidadania deliberativa, e os direitos de participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes) dos municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial (Corede- Norc) do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil. São analisados o funcionamento e a organização dos Comudes como conselhos gestores das políticas

públicas, nos municípios pertencentes ao Corede-Norc, tendo em vista o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento da região.

No artigo seguinte, de autoria de Vinícios Gonchoroski de Oliveira e Cidonea Machado Deponti, aborda-se o papel das universidades na promoção do desenvolvimento regional, a partir da lógica dos processos de inovação e de desenvolvimento econômico schumpeterianos. Utilizando-se dados sobre o dispêndio governamental brasileiro com inovação, pesquisa e desenvolvimento, os autores comparam a realidade brasileira com a de outras economias mundiais.

No quinto artigo, Eliziário Toledo e Fabiano Toni discutem o tema do esvaziamento demográfico das regiões rurais brasileiras e a crescente escassez de trabalho nas atividades agropecuárias, contrapondo-se à pertinência das premissas de oferta ilimitada de mão de obra rural para o setor urbano-industrial do modelo clássico de Arthur Lewis (1954), quando aplicado à realidade brasileira das últimas décadas.

Na sequência, Luiz Paulo Klock Filho, Samuel Tafernaberry Vasques e Wilson Itamar Godoy apresentam a realidade de agricultores familiares produtores de alimentos agroecológicos, que estão inseridos em cadeias curtas de comercialização, demonstrando como esses agricultores familiares se organizaram, para a comercialização da sua produção agroecológica, utilizando princípios da Agroecologia associados à proximidade entre produtor e consumidor como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável.

Nos dois artigos seguintes, abordam-se alguns aspectos relacionados à geração de renda e à disponibilidade dos fatores produtivos trabalho e terra na agricultura familiar. No primeiro, Carlos Águedo Paiva defende a tese de que a agricultura familiar e a agricultura patronal, no Brasil, se diferenciam pela disponibilidade relativa desses dois fatores produtivos. Para a agricultura familiar, quando comparada à patronal, o custo de mobilização do primeiro fator é relativamente menor, enquanto que o custo de mobilização do segundo fator, é relativamente maior. Assim, as atividades agropecuárias mais intensivas em mão de obra teriam maior rentabilidade na agricultura familiar e as mais intensivas no uso da terra teriam maior rentabilidade no longo prazo na agricultura patronal. No segundo, Graciela Caroline Gregolin, Caroline Monique Tietz Soares, Cristiano Luiz Metzner, Larice Vazata Becker, Elio Jacob Henrich Júnior, Giovana Riva Maggi e Wilson João Zonin argumentam a favor do turismo rural como fonte de renda e de viabilização socioeconômica de agricultores familiares. Nesse artigo, os autores entendem que na agricultura familiar, por meio do turismo rural, é possível utilizar ativos econômicos que não produzem efeito financeiro, conciliando-os com atividades já desenvolvidas na propriedade.

Na sequência, no penúltimo artigo, Ignacio Oliete Josa analisa o cooperativismo como mecanismo de redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia. Argumenta que essa possibilidade, na região, é dificultada pela amplitude geográfica, pela falta de informação e por obstáculos burocráticos e legais. O artigo descreve esses entraves e discute os elementos que impossibilitam o avanço da formalização

das relações econômicas pelo cooperativismo no Estado do Amazonas.

Por fim, o artigo de Volmir Ribeiro do Amaral e David Basso, apresenta a evolução teórico-conceitual da segurança alimentar e nutricional no Brasil, bem como a construção e implantação das principais políticas públicas nessa área. Os autores descrevem, ainda, o tratamento dado a essa temática na agenda governamental brasileira e as interações estabelecidas entre o governo e a sociedade civil.

Assim, então, desejamos a todos uma boa leitura e lembramos aos professores, pesquisadores e estudantes, que tenham interesse em escrever e publicar seus artigos em periódicos científicos, que a revista *Colóquio* recebe, de forma contínua, artigos submetidos à avaliação, após a realização do cadastro, como autor, no site da revista.

Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes e Prof^a. Dr^a. Soraya Tanure
Editores